ABI e ANJ condenam assÃ©dio judicial da Igreja Universal

A AssociaÃ§Ã£o Brasileira de Imprensa (ABI) e a AssociaÃ§Ã£o Nacional de Jornais (ANJ) divulgaram notas de repÃºdio contra a estratÃ©gia judicial adotada pela Igreja Universal para pressionar Ã³rgÃ£os de imprensa. A Universal tem mobilizado fiÃ©is de diferentes partes do paÃs para entrar com aÃ§Ãµes na JustiÃ§a contra jornais. JÃ¡ foram alvos deste tipo de assÃ©dio judicial a *Folha de S.Paulo* e *A Tarde*, de Salvador, alÃ©m da jornalista Elvira Lobato, repÃ³rter da *Folha*. Mais de 50 fiÃ©is da Universal entraram com processos alegando terem sofrido danos morais em razÃ£o de reportagem da *Folha* sobre os 30 anos da igreja.

Para a ABI, as aÃ§Ãµes constituem â??grave ameaÃ§a Ã liberdade de informaÃ§Ã£oâ?•. A AssociaÃ§Ã£o pediu que a Anistia Internacional inicie um movimento mundial em defesa dos dois jornais e da jornalista. FiÃ©is da Universal processam tambÃ©m o jornal *Extra* do Rio de Janeiro, e seu diretor de redaÃ§Ã£o, Bruno Thys. FiÃ©is tambÃ©m ameaÃ§am entrar com uma sÃ©rie de aÃ§Ãµes contra o jornal *O Globo*.

JÃ¡ a ANJ afirma que “o que os autores dessas aÃ§Ãµes pretendem nÃ£o Ã© restabelecer sua honra ou a verdade, mas constranger uma empresa jornalÃstica no seu dever de livremente informar a sociedade”.

Nas palavras da ABI, os processos revelam â??intolerÃ¡vel agressÃ£o Ã ordem democrÃ¡ticaâ?•. â??AtravÃ©s desse procedimento, buscam os autores de tais aÃ§Ãµes obter a cobertura do Poder JudiciÃ¡rio para cercear e condicionar o exercÃcio do direito de informaÃ§Ã£oâ?•, diz a associaÃ§Ã£o.

Os mais de 50 fiÃ©is que movem aÃ§Ãµes simultÃ¢neas contra a *Folha* alegam terem se sentido ofendidos pela reportagem *Universal chega aos 30 anos com impÃ©rio empresarial*, publicada pelo jornal em 15 de dezembro. No texto, a repÃ³rter Elvira Lobato relatou que a Universal construiu um conglomerado empresarial. O jornalista informou que uma das empresas da Igreja, a Unimetro, estÃ¡ ligada Ã Cableinvest, registrada no paraÃso fiscal da ilha de Jersey, no canal da Mancha. â??O elo aparece nos registros da empresa na Junta Comercial de SÃ£o Paulo. Uma hipÃ³tese Ã© que os dÃ-zimos dos fiÃ©is sejam esquentados em paraÃsos fiscaisâ?•, informou a repÃ³rter.

Para os fiÃ©is, a reportagem â??insinuouâ?• que os membros da Universal sÃ£o inidÃ´neos e que o dÃ-zimo pago por eles Ã© produto de crime. Disseram ainda que ouviram gozaÃ§Ãµes de conhecidos. O dano narrado pelas partes Ã© idÃªntico: â??O autor [da aÃ§Ã£o] passou a ser apontado por seus semelhantes com adjetivos desqualificantes e de baixo calÃ£o, alÃ©m de ser abordado com dizeres do tipo: ‘Viu sÃ³! VocÃª que Ã© trouxa de dar dinheiro para essa igreja!’ ‘Esse Ã© o povo da sua igreja! Tudo safado!’ ‘Como Ã© que vocÃª continua nessa igreja? VocÃª nÃ£o lÃª jornal, nÃ£o?’ ‘Ã?. Crente Ã© tudo tonto, mesmo’.â?•

AtÃ© hoje, quatro sentenÃ§as jÃ¡ foram proferidas, todas a favor da *Folha*. Dois fiÃ©is foram multados por litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©. Outro juiz considerou que houve abuso de direito e assÃ©dio judicial. Nas aÃ§Ãµes contra o jornal *Extra* e seu diretor de redaÃ§Ã£o a manobra Ã© a mesma. VÃ¡rias aÃ§Ãµes foram ajuizadas em vÃ¡rias cidades.

2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Leia as notas da ABI e da ANJ

Como a mais antiga associaÃ§Ã£o de imprensa do paÃs e devotada desde a sua fundaÃ§Ã£o, em 7 de abril de 1908, Ã defesa da liberdade de informaÃ§Ã£o e de expressÃ£o, a AssociaÃ§Ã£o Brasileira de Imprensa acompanha com extremada preocupaÃ§Ã£o o conjunto de aÃ§Ãµes judiciais ajuizadas contra os jornais *Folha de S.Paulo* e *A Tarde* de Salvador e contra a jornalista Elvira Lobato, repÃ³rter da *Folha* , por pastores e fiÃ©is da Igreja Universal do Reino de Deus, que desencadearam contra esses Ã³rgÃ£os e contra essa jornalista uma campanha de intimidaÃ§Ã£o e coerÃ§Ã£o sem precedentes na histÃ³ria da comunicaÃ§Ã£o no Brasil.

Ao longo de sua existÃªncia, o paÃs conheceu a fÃºria repressiva do poder do Estado contra a liberdade de imprensa, como se deu sob o Estado Novo e sob a ditadura militar que nos infelicitou entre 1964 e 1985, mas jamais assistira a uma investida partida da prÃ³pria sociedade civil contra a liberdade de informaÃ§Ã£o com a abrangÃªncia e o conteÃºdo desta que se materializa nas aÃ§Ãµes judiciais armadas contra esses jornais e contra essa jornalista. AtravÃ©s desse procedimento, buscam os autores de tais aÃ§Ãµes obter a cobertura do Poder JudiciÃ¡rio para cercear e condicionar o exercÃcio do direito de informaÃ§Ã£o.

Numa evidÃªncia de que hÃ¡ um cÃ©rebro e um comando a centralizar a instauraÃ§Ã£o dessas aÃ§Ãµes judiciais, seus autores estÃ£o espalhados por quase 20 Estados da FederaÃ§Ã£o, no caso da *Folha de S.Paulo*, e ajuizaram esses feitos em municÃpios longÃnquos, numa clara demonstraÃ§Ã£o de que a aÃ§Ã£o assim coordenada tem por objetivo dificultar a defesa da parte adversa. HÃ¡ a nÃtida intenÃ§Ã£o de dificultar o direito de ampla defesa e do contraditÃ³rio assegurado pela ConstituiÃ§Ã£o, em face da disposiÃ§Ã£o da lei processual de que o alegado na inicial serÃ¡ tido como procedente se nÃ£o houver contestaÃ§Ã£o, ainda que se ressalve, nesta hipÃ³tese, a formulaÃ§Ã£o de convicÃ§Ã£o prÃ³pria pelo juiz.

A existÃªncia de um comando na aÃ§Ã£o liberticida fica patente tambÃ©m em outros aspectos desse conjunto de aÃ§Ãµes, que repetem a mesma redaÃ§Ã£o em quase todas as petiÃ§Ãµes, Ã exceÃ§Ã£o de umas poucas, fazendo a mesma descriÃ§Ã£o, exibindo os mesmos argumentos e formulando as mesmas postulaÃ§Ãµes, entre as quais a concessÃ£o do benefÃcio da justiÃ§a gratuita, para livrar os autores dos Ã´nus materiais de sua iniciativa. Salvo um ou outro caso, em que se reclama o pagamento de indenizaÃ§Ãµes por danos morais que variam entre R$ 10.000,00 e 12.000,00, os demandantes fixam o valor do pleiteado em R$ 1.000,00, para diminuir o montante de seu desembolso na hipÃ³tese de negaÃ§Ã£o do pedido de benefÃcio da justiÃ§a gratuita pelo juiz da causa.

Subscritas por pastores mobilizados pela Igreja Universal como um encargo de seu ofÃcio religioso ou por fiÃ©is convocados para tal missÃ£o, essas aÃ§Ãµes constituem em seu conjunto intolerÃ¡vel agressÃ£o Ã ordem democrÃ¡tica, pelo empenho em substituir o exercÃcio de direitos consagrados pela legislaÃ§Ã£o, especialmente o direito de resposta, por alternativa que, embora aparentemente abrigada pelas leis do paÃs, subtrai o direito de ampla defesa estabelecido pela ConstituiÃ§Ã£o. Ã? grave e preocupante que tal se faÃ§a sob o pÃ¡lio de uma confissÃ£o religiosa, que se porÃ¡ acima do olhar dissonante dos que nÃ£o a professam e da visÃ£o crÃtica com que estes a encarem.

2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

A ABI dirige-se aos magistrados responsÃ¡veis pelo julgamento dessas aÃ§Ãµes para alertÃ¡-los acerca dos danos que o deferimento do pleiteado pode causar Ã democracia no paÃs, objeto de um processo de construÃ§Ã£o ainda nÃ£o encerrado e que deixou ao longo da recente HistÃ³ria do Brasil nÃ£o poucas vÃtimas e nÃ£o poucos mÃ¡rtires.

Apela tambÃ©m a ABI aos cidadÃ£os comuns e Ã s instituiÃ§Ãµes representativas dos diferentes segmentos da sociedade para que manifestem a esses magistrados a sua preocupaÃ§Ã£o com a decisÃ£o que deverÃ£o tomar em cada causa, que nÃ£o afeta apenas a *Folha de S.Paulo*, *A Tarde* e a jornalista Elvira Lobato, mas principalmente a integridade da democracia no paÃs. Com esse fim a ABI divulgarÃ¡ proximamente em seu www.abi.org.br os nomes desses juÃzes e os endereÃ§os desses juizados, para viabilizar a manifestaÃ§Ã£o dos cidadÃ£os ofendidos por essa aÃ§Ã£o antidemocrÃ¡tica.

Por fim apela a ABI Ã Anistia Internacional para que desencadeie um movimento mundial de solidariedade com os jornais e a jornalista ora ameaÃ§ados.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2008

Mauricio AzÃªdo, presidente.

Leia a nota da ANJ

“A ANJ (AssociaÃ§Ã£o Nacional de Jornais) qualifica como intimidaÃ§Ã£o ao livre exercÃcio do jornalismo a intenÃ§Ã£o contida na iniciativa de 35 fiÃ©is da Igreja Universal do Reino de Deus, atÃ© o momento, em diferentes pontos do paÃs, de proporem aÃ§Ãµes de danos morais contra o jornal *Folha de S.Paulo*. Os autores das aÃ§Ãµes alegam se sentir ofendidos pela reportagem *Universal chega aos 30 anos como impÃ©rio empresarial*, publicada na *Folha* do dia 15 de dezembro, embora nenhum deles seja citado no texto.

O que os autores dessas aÃ§Ãµes pretendem nÃ£o Ã© restabelecer sua honra ou a verdade, mas constranger uma empresa jornalÃstica no seu dever de livremente informar a sociedade. Tanto Ã© assim que o juiz Alessandro Leite Pereira, de BataguaÃ§u, Mato Grosso do Sul, no julgamento de uma das inÃºmeras aÃ§Ãµes impetradas contra a *Folha*, condenou seu prÃ³prio autor Ã pena de “litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©”. Ou seja, o juiz entendeu que os verdadeiros objetivos da aÃ§Ã£o estÃ£o simulados.

EstÃ¡ claro que todos esses pedidos de indenizaÃ§Ã£o, redigidos praticamente nos mesmos termos, partem de uma mesma origem e com um mesmo objetivo. Ã? uma tentativa espÃºria de usar o Poder JudiciÃ¡rio contra a liberdade de imprensa, ameaÃ§ar o livre exercÃcio do jornalismo e privar o cidadÃ£o do direito de ser informado.

A ANJ saÃºda a decisÃ£o do juiz Alessandro Leite Pereira, chama a atenÃ§Ã£o da sociedade para essa iniciativa orquestrada e espera que o Poder JudiciÃ¡rio dÃª um basta a esse evidente e ardiloso artifÃcio.

2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

BrasÃlia, 31 de janeiro de 2008

JÃºlio CÃ©sar Mesquita

Vice-Presidente da AssociaÃ§Ã£o Nacional de Jornais

ResponsÃ¡vel pelo ComitÃª de Liberdade de ExpressÃ£o

Autores: RedaÃ§Ã£o ConJur

2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.